

Diretoria de Estudos Macroeconômicos
SEMINÁRIOS DIMAC
| 237 |



**SISTEMAS DE SAÚDE COMPARADOS:
GASTO, ACESSO E DESEMPENHO**

Carlos Octávio Ocké-Reis
(Ipea)

08 de novembro de 2006

339.072
I59
sd06/237

37169
IPEA - BSB

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

| 237 |



SISTEMAS DE SAÚDE COMPARADOS: GASTO, ACESSO E DESEMPENHO

Carlos Octávio Ocké-Reis
(Ipea)

08 de novembro de 2006

339.092
I 59
sd06/234

Sistemas de saúde comparados :



37169

IPEA - BSE

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Coordenação de Seminários de Macroeconomia

Claudio Ferraz

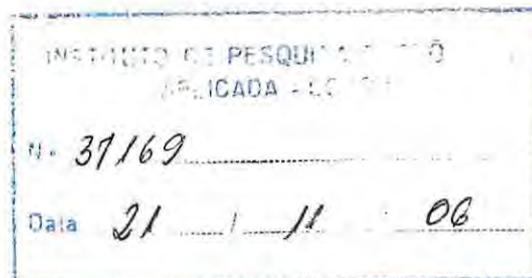
Vera Lucia Saboia (coordenadora assistente)

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires



URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Normalmente, os textos — trabalhos nem sempre concluídos e apresentados em seminários promovidos pela DIMAC/IPEA — são reproduzidos a partir de originais encaminhados pelo(s) autor(es), sem qualquer revisão, no que diz respeito a seu conteúdo ou sua forma. As conclusões e opiniões emitidas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Informações

seminarios@ipea.gov.br

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51, 16º andar – Centro
20020-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tel.: (0xx21) 3515-8667

Telefax: (0xx21) 3515-8640

Sistemas de saúde comparados: gasto, acesso e desempenho[#]



Carlos Octávio Ocké-Reis*

Rio de Janeiro, novembro de 2006

[#] A realização deste trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em particular, agradeço a Vívian Vicente de Almeida pela colaboração na coleta de dados e elaboração de tabelas e gráficos nessa fase inicial da pesquisa.

* Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA. E-mail: <octavio@ipea.gov.br>

Resumo

Estudos comparativos acerca dos gastos dos sistemas de saúde em nível internacional têm atraído a atenção dos economistas. Em 2003, o Brasil aplicou US\$597 *per capita* na área da saúde, ou 7.6% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto, na média, alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) gastaram US\$3,145 ou 10.8% do PIB e alguns países latino-americanos US\$622 ou 6.7% do PIB. Vale dizer, em que pese a Constituição brasileira tenha definido que a saúde é um direito social, procurando atender as necessidades de saúde da população mediante a provisão do acesso universal dos serviços, pode-se avaliar que, em termos relativos, o gasto público em saúde no Brasil apresenta uma proporção similar àquela observada no sistema norte-americano – que é um modelo tipicamente liberal. Nota-se, ainda, no caso brasileiro, uma taxa de 2.1 médicos por mil habitantes e uma taxa do número de leitos menor do que os países da OCDE, porém maior do que os da América Latina. Usando uma medida aproximada, o Brasil apresenta a taxa mais alta de mortalidade infantil e a menor expectativa de vida dentre os países selecionados.

Palavras-chave

Sistemas Comparados de Saúde; Gastos Governamentais; Análise do Mercado de Atenção médica; Saúde.

Abstract

International comparisons of health expenditures have attracted considerable interest among health economists. In 2003 Brazil spent \$597 *per capita* on health, or 7.6 percent of its Gross Domestic Product (GDP), while the median Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) country spent \$3,145, or 10.8 percent, and the median Latin America country spent \$622, or 6.7 percent of its GDP. For descriptive comparison purposes, although Brazil's constitution stipulates that health care is a basic social right and must be allocated by need rather than ability to pay, its public health spending has reached almost the same proportion as in the U.S. health system, a clear pro-market model. It has 2.1 physicians for every thousand persons and a rate of hospital beds lower than the OECD but higher than Latin American countries. As far as the available outcome measures are concerned, Brazil has the highest infant mortality rate and the lowest life expectancy at birth of the countries selected.

Key words

Comparative Health Systems; Government Expenditures; Analysis of Health Care Markets; Health.

Classificação JEL: H51, I18, P59.

1. Introdução

A disciplina economia da saúde oferece meios e instrumentos que ajudam as políticas de saúde a cumprir sua finalidade ética: a promoção do bem-estar físico e mental, além da recuperação de doenças e agravos que afetam a coletividade. O cálculo econômico pode, assim, subsidiar a formulação e desenho dessas políticas, a partir de critérios de eficiência e equidade, no tocante ao financiamento, provisão e gestão dos sistemas de saúde, visando equacionar problemas relativos às políticas, instituições e serviços, sem perder de vista as necessidades de saúde da população.

Sua aplicação e difusão são desejáveis, em especial quando se considera que os bens e serviços produzidos na área da saúde têm uma característica singular: são bens meritórios, pois portadores de motivações e externalidades que extrapolam a *rationale* mercantil, como lembra Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998 (SEN, 1999). Afinal, a saúde faz parte do rol de direitos humanos, sendo um elemento fundamental que condiciona o bem-estar social, componente estratégico para o desenvolvimento econômico sustentado de um país. No contexto da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), essa relevância pública das ações e serviços de saúde foi afirmada na Constituição de 1988, independente da natureza jurídica das entidades (se pública, privada ou filantrópica) (GRAU, 1992).

Em uma dimensão econômica, entretanto, observando o quadro de restrição fiscal das contas públicas no Brasil, constitui-se em um desafio no campo das políticas públicas, de um lado, permitir que o SUS desenvolva sua missão institucional no provimento do acesso universal e integral. De outro, que o setor privado atenda ao primado do interesse público definido pela Constituição, ou ainda, que se crie, na prática, uma sinergia entre o setor público e privado de saúde para corresponder às necessidades da população brasileira, à luz das diretrizes constitucionais.

Em particular, apesar de se verificar uma alocação equitativa dos recursos aplicados ao SUS (OCKÉ-REIS; ANDREAZZI; SILVEIRA, 2003), os problemas relacionados à sua gestão permanecem, tais como as filas de espera, a prevalência de doenças crônicas nos estratos inferiores de renda, a baixa qualidade dos serviços especializados, a ausência de médicos em certas regiões do país etc. Contudo, se parece evidente que o SUS precisa aperfeiçoar a sua gestão, esse argumento não pode servir de base para a aplicação *a priori*

de um controle indiscriminado dos custos. Em outras palavras, a adoção do critério de eficiência, cuja aplicação produziria a *best practice*, não deve ser identificada mecanicamente com a redução dos recursos financeiros ou organizacionais do SUS. Afinal, diferente da noção usualmente empregada pelo senso comum, a promoção da eficiência poderia, em tese, exigir a expansão dos dispêndios (ver MARINHO; FAÇANHA, 2001). Agrega-se a isso, além do patrocínio da eficiência, que visaria, em suma, dotar o sistema de maior racionalidade econômica, parece recomendável enfrentar os problemas administrativos do SUS mediante o uso de conceitos, instrumentos e medidas que deitam raízes em conjecturas teóricas de outras áreas do conhecimento, como o planejamento estratégico, a administração pública e a própria saúde coletiva.

Os problemas relacionados à gestão do SUS são determinados, certamente, por um conjunto de fatores, entre eles a falta de otimização dos recursos, como retratado, por exemplo, no caso emblemático das filas (MARINHO, 2004). Durante a realização dessa pesquisa, entretanto, pretende-se reunir dados e argumentos para refutar (ou não) a hipótese que afirma que sua gestão ineficiente decorre, também, da falta substancial de recursos financeiros do Estado, em todas as esferas governamentais – considerando-se a missão constitucional do SUS de garantir o acesso universal e integral.

Será privilegiado o desenvolvimento de uma linha de argumentação encontrada com frequência na literatura, isto é, o emprego de uma abordagem comparativa em nível internacional, que ilumina diversos aspectos envolvidos na verificação dessa hipótese. Nesse momento, entretanto, não temos condições analíticas para examinar a fundo essa questão, mas a idéia é produzir, paulatinamente, uma massa crítica razoável com essa finalidade, ao longo da investigação. À guisa de ilustração, comparamos a magnitude do gasto público e as condições de saúde da população brasileira com o resto do mundo, extraindo dessa fotografia uma descrição das principais evidências estatísticas, sem maiores preocupações, agora, quanto ao nexos de seus determinantes nacionais.

A rigor, tem crescido o número de estudos comparativos avaliando o desempenho dos sistemas de saúde e boa parte descreve, estatisticamente, as características e o desempenho dos sistemas nacionais de saúde. Outros se destinam mais a analisar um número delimitado de países, procurando explicar os fenômenos, as semelhanças e diversidades encontradas, chegando até mesmo a prescrever um conjunto de políticas (*cost control*, ampliação das

ações preventivas, regulação dos planos de saúde etc.). Pode-se dizer, então, que para realizar estudos dessa natureza, uma descrição precisa dos sistemas de saúde parece um pressuposto óbvio para entender o funcionamento de tais sistemas. Além do mais, aprender sobre as experiências internacionais geralmente esclarece as razões pelas quais os países seguiram determinada trajetória institucional no setor saúde, ao longo da sua história. Contudo, nem uma descrição sofisticada tampouco uma explicação bem fundamentada podem ser vistas, sempre, enquanto precondições satisfatórias para se desenhar lições aplicáveis a outros países (MARMOR 2001).

Na atual fase da pesquisa, estamos longe desse estágio de pensar em sugerir “lições” ou de apresentar resultados robustos, que permitissem um juízo científico aceitável acerca da avaliação da hipótese central da pesquisa. Estamos buscando uma resposta, porém, nessa etapa inicial, fez-se uma avaliação descritiva dos dados, de cunho minimalista, a partir da seleção *ad hoc* de alguns países, cuja ênfase residiu em conhecer e operar as bases de dados, além de escolher variáveis homogêneas para dar sentido as comparações. Cabe assinalar, a rotina requerida para o cumprimento desses procedimentos nos obrigou a fazer uma criteriosa e intensa coleta de dados entre as distintas bases oficiais. Na próxima seção, apontaremos os resultados preliminares dessa avaliação, onde foram comparados alguns indicadores socioeconômicos, de gasto, de oferta e do estado de saúde verificados no Brasil e em um conjunto de países da OCDE e da América Latina. Ao final, sugerimos a ampliação dessa agenda de estudo para, futuramente, deter condições realistas para refutar a hipótese central da pesquisa, que sugere que os problemas de gestão do SUS repousam, igualmente, em uma dimensão econômica, no contexto da análise comparativa dos sistemas de saúde.

2. Descrição dos resultados

Visando a melhoria das condições de atenção médica e saúde das populações, a gestão de um sistema de saúde depende de diversos aspectos relacionados aos modelos de proteção social estabelecidos nacionalmente, à história das instituições, à formação dos profissionais de saúde, ao financiamento dos sistemas de saúde, às formas de pagamento aos prestadores e às técnicas gerenciais. Como já dissemos, sem a pretensão de apresentar conclusivos

nessa fase inicial da pesquisa, em especial no que concerne à discussão entre nível de financiamento e eficiência da gestão do SUS, procurou-se aqui apenas, a partir da seleção *ad hoc* de alguns países, descrever os resultados alcançados por meio da comparação entre alguns indicadores socioeconômicos, de gasto, de oferta e do estado de saúde verificados no Brasil e em um conjunto de países selecionados da América Latina e da OCDE.

Como mostra a tabela 1, o Brasil, país de dimensão territorial continental, possui uma população de 186 milhões de habitantes, bem maior do que a média dos países da América Latina e dos países selecionados da OECD, com exceção é claro dos Estados Unidos. A renda *per capita* dos brasileiros é de US\$ 8,140, se ajustada pelo método da Paridade do Poder de Compra (PPP), utilizado comumente para ajustar as diferenças do custo de vida entre os países. Esse valor é menor do que encontrado em países como Argentina (US\$ 13,331), Chile (US\$ 12.505) e México (10,158) e muito abaixo da média verificada nos países da OCDE. Em 2003, segundo dados do Banco Mundial, por meio do índice de Gini, o Brasil só não era mais desigual do que a Colômbia entre os países selecionados, cuja renda *per capita* (US\$ 7,319) era menor do que a brasileira.

Tabela 1
Indicadores socioeconômicos: população e índice de *gini* - 1999-2005
(último dado disponível)

Países	População ^(f) (em mil)	PIB <i>per capita</i> ^(e) (PPP)	GINI
Brasil	186.405	8.140	58^(d)
Argentina	38.747	13.331	52,8 ^{(d)(g)}
Chile	16.295	12.505	57 ^(b)
Colômbia	45.600	7.319	58,6 ^(d)
México	107.029	10.158	49,5 ^{(c)(h)}
Venezuela	26.749	6.104	44,1 ^(b)
Média AL	46.884	9.883	51,7^(l)
Alemanha	82.689	28.075	28,3 ^(b)
Canadá	32.268	31.389	32,6 ^(b)
Holanda	16.299	31.143	30,9 ^(a)
Reino Unido	59.668	31.308	36 ^(a)
Estados Unidos	298.213	39.901	40,8 ^(b)
Média OECD	47.731	30.479	37,2^(l)

Fontes: World Health Statistics 2006; The World Health Report 2006; World Bank 2006 (World Development Indicators).

Nota: (a) 1999; (b) 2000; (c) 2002; (d) 2003; (e) 2004; (f) 2005; (g) setor urbano; (h) gasto per capita;

(l) média ponderada.

Elaboração: Ipea/Dimac.

Na tabela 2, em que pese que a participação de 7,6% dos gastos em saúde no Brasil em relação ao PIB ser maior do que a média da América Latina, tal participação é menor do que aquela evidenciada em países como a Argentina e Colômbia. O mesmo acontece em relação aos países da OCDE. Ademais, a participação do gasto público em saúde em relação ao total no Brasil é menor do que a média de 54,4% apresentada na América Latina assim como é menor do que a média apresentada nos países da OECD. Vale dizer, em termos relativos, o gasto público brasileiro apresenta uma proporção de 45,3%, participação similar àquela observada no sistema norte-americano (44,6%) – que é um modelo tipicamente liberal. Em um primeiro exame, esse quadro se complexifica, considerando o nível de pobreza e desigualdade no Brasil, de um lado, e as diretrizes constitucionais do SUS, de outro, que pretendem garantir o acesso universal e integral dos serviços de saúde dado que é considerado direito social. Em termos *per capita*, incluindo aí o montante dos gastos privados, o Brasil gasta US\$ 597, um pouco abaixo da média dos países da América Latina (US\$622), e, aproximadamente, cinco vezes menos do que a média entre os países selecionados da OCDE. Os Estados Unidos gastam dez vezes mais em saúde do que o observado no Brasil, em que pese que sua renda *per capita* seja cinco vezes maior.

Tabela 2
Indicadores dos gastos em saúde - 2003

Países	% PIB	% Público	<i>Per capita</i> (PPP)
Brasil	7,6	45,3	597
Argentina	8,9	48,6	1.067
Chile	6,1	48,8	707
Colômbia	7,6	84,1	522
México	6,2	46,4	582
Venezuela	4,5	44,3	231
Média AL	6,7	54,4	622
Alemanha	11,1	78,2	3.001
Canadá	9,9	69,9	2.989
Holanda	9,8	62,4	2.987
Reino Unido	8,0	85,7	2.389
Estados Unidos	15,2	44,6	5.711
Média OECD	10,8	68,2	3.415

Fontes: World Health Statistics 2006; The World Health Report 2006; World Bank 2006 (World Development Indicators).

Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 3 mostra que o Brasil possui uma taxa (2.1) do número de médicos maior do que os países da América Latina e próxima à média verificada entre os países da OCDE (2.6). A Alemanha detém a taxa mais alta com 3.4 médicos por mil habitantes ano. Em compensação, apesar de custos de contratação menores e um impacto positivo na efetividade dos serviços de saúde, a taxa dos profissionais de enfermagem é levemente abaixo em relação aos países da América Latina e vinte vezes menor do que a média da OECD. Para o ano de 2002, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes anos era de 2.6, taxa maior do que a evidenciada na média pelos países da América Latina (1.9), embora menor do que a taxa média da OCDE (4.8), em especial no caso alemão (8,6).

Tabela 3
Indicadores de oferta de serviços de saúde: profissionais de saúde e leitos hospitalares - 2003
(por mil habitantes)

Países	Médicos	Enfermeiros	Leitos Hospitalares
Brasil	2,1^(a)	0,5^(b)	2,6^(c)
Argentina	3,2 ^(d)	0,4 ^(d)	4,1 ^(a)
Chile	1,1	0,6	2,5
Colômbia	1,3 ^(c)	0,5 ^(c)	1,2 ^(d)
México	1,5	2,1	1
Venezuela	1,9 ^(b)	0,8 ^(a)	0,9 ^(e)
Média AL	1,8	0,9	1,9
Alemanha	3,4	9,7	8,6 ^(d)
Canadá	2,1	10	4
Holanda	3,1	13,7	4,6 ^(c)
Estados Unidos	2,3 ^(c)	7,9 ^(c)	3,3
Reino Unido	2,2	9,1	4
Média OECD	2,6	10,1	4,8

Fontes: World Health Statistics 2006; The World Health Report 2006;

OECD Health Data 2005; OPAS 2005 (Situación de Salud em las Américas: Indicadores Básicos).

Nota: (a) 2000; (b) 2001; (c) 2002; (d) 2004; (e) setor público.

Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 4 mostra que o Brasil apresenta a taxa mais alta de mortalidade infantil e a menor expectativa de vida dentre os países selecionados, medidas aproximadas de desempenho dos sistemas de saúde. São 32 crianças que morrem por mil nascidos vivos até completar a idade de 1 ano, bem acima da taxa encontrada nos países da OCDE e quase o

dobro da taxa encontrada na Colômbia, apesar da nossa renda *per capita* ser levemente maior do que a observada na Colômbia (tabela 1).

Tabela 4
Indicadores de saúde: mortalidade infantil e expectativa de vida ao nascer - 2004

Países	Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	Expectativa de vida (anos)
Brasil	32	71
Argentina	16	75
Chile	8	78
Colômbia	18	73
México	23	75
Venezuela	16	74
Alemanha	4	78
Canadá	5	80
Holanda	4	79
Reino Unido	5	79
Estados Unidos	6	77

Fontes: World Health Statistics 2006; The World Health Report 2006; World Bank 2006 (World Development Indicators).

Elaboração: Ipea/Dimac.

3. Considerações finais

Esses resultados são preliminares e representam um produto do esforço concentrado para coletar e tabular dados homogêneos em diversas bases de dados oficiais, garantindo uma consistência mínima para realizar essa comparação entre os sistemas de saúde.

No entanto, em um primeiro exame, no que se refere à experiência brasileira, caso se queira dar concretude aos preceitos constitucionais, parece haver uma contradição entre o modelo proposto pela constituição e o nível de gasto público, sem entrar no mérito da eficiência da sua gestão, análise impraticável nesse estágio da pesquisa. Ora, o Reino Unido, por exemplo, que apresenta um sistema nacional de saúde, menos plural é verdade, mas semelhante ao disposto na Constituição brasileira, tem uma participação de 85,7% dos gastos públicos no total de gastos.

Diz-se que a política social é constituída por uma série de medidas decretadas politicamente e legitimadas culturalmente para proteger a força de trabalho dos riscos aos quais está exposta pelo domínio do mercado (VIANA; ELIAS; IBÁÑEZ, 2005) e que os mecanismos financeiros privados tendem a embaraçar o financiamento público das políticas de saúde em nível internacional (TUOHY; FLOOD; STABILE, 2004).

No entanto, o mercado de planos de saúde brasileiro abrange, aproximadamente, 25% da população brasileira, cobrindo boa parte do mercado formal de trabalho e funcionários públicos. Seu faturamento de R\$ 35 bilhões (ANS, 2006) é próximo ao orçamento federal em saúde. Tal evidência demonstra que o tema merece ser investigado pelos analistas de política de saúde preocupados com o funcionamento do *mix* público/privado, cujo subsistema privado deveria atuar em sinergia com o SUS, em vez de estabelecer com ele uma relação contraditória, seja no tocante à renúncia fiscal, seja no que se refere ao uso da alta complexidade, seja no que tange ao não-pagamento do ressarcimento ao SUS (ver HEIMANN; IBANHES; BARBOZA, 2005).

Nos últimos quarenta anos, os planos de saúde se expandiram contando com o apoio do padrão de financiamento público, por meio dos incentivos governamentais, seguindo, de certa forma, o modelo liberal norte-americano, assentado nos gastos tributários e nos “*employment-benefits*”. O governo parece, então, prisioneiro do seguinte dilema: ou fortalece o SUS (radicalizando seu papel intervencionista e melhorando a qualidade do gasto) ou estimula a forma privada de atividades socialmente importantes como na área da saúde, aumentando o volume de subsídios. Mas redistribuir por meio do sistema público implicaria limitar os gastos privados e ampliar os custos de manutenção e ampliação do SUS, e o governo não pode ser indiferente ao crescimento dos custos da atenção médica, sejam eles públicos ou privados (REMLER; BROWN; GLIED, 2005).

Referências

ANDERSON, G. F.; POULLIER, J. Health spending, access, and outcomes: trends in industrialized countries. *Health Affairs*, vol. 18, n. 3, p. 178-192, 1999.

ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). *Caderno de informação da saúde suplementar: beneficiários, operadoras e planos*. Rio de Janeiro: ANS, setembro de 2006.

FLOOD, C. M.; ROACH, K.; SOSSIN, L. (Ed.). *Access to care, access to justice: the legal debate over private health insurance in Canada*. Canada: University of Toronto Press, 2005.

GRAU, E. O conceito de “relevância pública” na Constituição de 1988. In: DALLARI, S. G. (Org.). *O conceito constitucional de relevância pública*. Brasília: Opas, p. 13-20, 1992. (série Direito e Saúde nº1.)

HEIMANN, L. S.; IBANHES, L. C.; BARBOZA, R. (Orgs.). *O público e o privado na saúde*. São Paulo: Hucitec; Opas; IRDC, 2005.

MARINHO, A. *Um estudo sobre as filas para internações e para transplantes no Sistema Único de Saúde brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004 (Texto para discussão, n. 1055).

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001 (Texto para discussão, n. 787).

MARMOR, T. R. Comparing global health systems: lessons and caveats. In: WIENERS, W.W. (Ed.). *Global health care markets: a comprehensive guide to regions, trends, and opportunities shaping the international health arena*. San Francisco: Jossey-Bass, p. 7-23, 2001.

MAYNARD, A. (Ed.) *The public-private mix for health: plus ça change, plus c'est la même chose?* United Kingdom: Nuffield Trust, 2005.

OCKÉ-REIS, C. O.; ANDREAZZI, M. F. S.; SILVEIRA, F. G. Avaliação dos gastos das famílias com assistência médica no Brasil: o caso dos planos de saúde. *Revista de Administração Pública*, vol. 37, n. 4, p. 859-898, 2003.

OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). *Proposal for a taxonomy of health insurance*. Paris: OECD Health Project, 2004.

REMLER, D. K.; BROWN, L. D.; GLIED, S. A. Market versus state in health care and health insurance: false dichotomy. In: NELSON, R. R. (Ed.). *The limits of market organization*. New York: Russell Sage Foundation, p. 213-230, 2005.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VIANA, A. L. D.; ELIAS, P. E. M.; IBAÑEZ, N. (Orgs.). *Proteção social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005.

TUOHY, C. H.; FLOOD, C. M.; STABILE, M. How does private finance affect public health care systems? Marshaling the evidence from OECD nations. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, v. 29, n. 3, p. 359-396, 2004.

SEMINÁRIOS DIMAC¹

(Ano 2001)

- Nº 42 (21 de fevereiro) *Rentabilidade e Custo da Geração de Eletricidade no Brasil*; Ajax R. Bello Moreira, Katia M. C. Rocha e Pedro David; 32p..
- Nº 43 (07 de março) *Crescimento, Poluição e o Protocolo de Quioto: uma Avaliação do Caso Brasileiro*; Eliezer Martins Diniz; 70p.
- Nº 44 (14 de março) *Técnicas de Projeção/Previsão Macroeconômicas*; Cláudio Roberto Contador; 17p..
- Nº 45 (21 de março) *Can Flexible Exchange Rates Still "Work" in Financially Open Economies?*; Gino Olivares e Ilan Goldfajn; 22p..
- Nº 46 (22 de março) *A Agência de Planejamento Econômico, o seu "White Paper" e a Política Econômica no Japão*; Yoichi Okita; 13p..
- Nº 47 (28 de março) *O Cenário Macroeconômico e as Condições de Oferta de Energia Elétrica no Brasil*; Jose Claudio Linhares Pires, Joana Gostkorzewicz e Fabio Giambiagi; 48p..
- Nº 48 (04 de abril) *Considerações sobre a Reestruturação das Instituições Financeiras Públicas*; Carlos Von Doellinger; 09p..
- Nº 49 (11 de abril) *Impacto da ALCA na Agenda Externa Brasileira*; Sandra Polônia Rios; 19p..
- Nº 50 (18 de abril) *Revisitando a Questão do Custo de Bem-Estar da Inflação*; Joe Akira Yoshino; 71p..
- Nº 51 (23 de abril) *Economia Brasileira: Problemas e Perspectivas*; Cláudio Haddad; 37p..
- Nº 52 (02 de maio) *Crescimento e Produtividade no Brasil: o que nos diz o Registro de Longo Prazo*; Regis Bonelli e Edmar Bacha; 44p..
- Nº 53 (11 de maio) *Técnicas Econométricas de Modelagem Estrutural: Opções Gerais e Questões Recentes*; Jean-Louis Brillet; 106p..
- Nº 54 (16 de maio) *Implementação do Sistema de Metas para a Inflação no Brasil e Temas Correlatos*; Joel Bogdanski; Alexandre Antonio Tombini e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang; 29p..
- Nº 55 (23 de maio) *The Impact of Sector-Specific and Economy-Wide Reforms on the Brazilian Agricultural Sector*; Steven M. Helfand e Gervásio Castro de Rezende; 35p..
- Nº 56 (30 de maio) *Segmentação Comportamental de Clientes: uma Aplicação de Redes Neurais*; Helena Gottschalk; 27p..
- Nº 57 (06 de junho) *Estimando o Produto Potencial Brasileiro: uma Abordagem de Função de Produção*; Tito Nícias da Silva Filho; 36p..
- Nº 58 (13 de junho) *Reestruturação do Sistema de Crédito Rural no Brasil*; Guilherme Leite da Silva Dias; 17p..
- Nº 59 (20 de junho) *Estimação do Sistema de Demanda de Consumo Brasileiro*; Seki Asano e Eduardo P. S. Fiuza; 27p.
- Nº 60 (27 de junho) *A Utilização de Redes Neurais para Previsão de Séries Temporais*; Valéria de Lima Roitman e Nelson Francisco Favilla Ebecken; 12p.

1. Os textos relacionados poderão ser solicitados ao IPEA — Vera Lucia Saboia — por *e-mail*(seminarios@ipea.gov.br), telefone (021-3804 8167) ou fax (021-2240-0576). Se disponíveis, serão enviados imediatamente, desde que o nome, a instituição e o endereço completo (inclusive *e-mail* e telefone) do interessado sejam encaminhados com o pedido.

- Nº 61 (04 de julho) *Crescimento Econômico, Balança Comercial e a Relação Câmbio-Investimento*; Marco Antônio F.H. Cavalcanti e Cláudio Roberto Frischtak; 39p..
- Nº 62 (11 de julho) *Regulação e o Investimento em Termo Geração no Brasil*; Ajax R.B. Moreira, Katia Rocha e Pedro David; 13 p..
- Nº 63 (18 de julho) *Movimentos em Mercados Emergentes: Volatilidade de Índices das Ações*; Hedibert Freitas Lopes e Hélio dos Santos Migon; 38 p..
- Nº 64 (25 de julho) *Desenho Institucional de Bancos Centrais: Teorias e o Caso Brasileiro*; Fernando Machado Gonçalves; 44p..
- Nº 65 (01 de agosto) *Algumas Implicações do NAFTA para a Participação do Brasil na ALCA*; Renato Baumann e Ana Maria Franco; 28 p..
- Nº 66 (08 de agosto) *Prevenção das Importações Brasileiras: Qual a Melhor Aproximação?*; Marco Antônio F. H. Cavalcanti; 14 p..
- Nº 67 (22 de agosto) *Taxação Eficiente e Equitativa de Bens e Serviços no Brasil*; Seki Asano, Ana Luiza N.H. Barbosa, Eduardo P.S. Fiuza e Takashi Fukushima; 21 p..
- Nº 68 (23 e 24 de agosto) *Sugestões para uma Agenda de Pesquisa em Macroeconomia para o IPEA*; Edmar L. Bacha; 02p..
- Nº 69 (29 de agosto) *Renda, Desigualdade de Renda e Educacional e Participação Política no Brasil*; João Barbosa de Oliveira; 99p..
- Nº 70 (05 de setembro) *Composição da Renda, Fertilidade Endógena e Investimentos em Educação Infantil*; Fernando A. Veloso; 43 p..
- Nº 71 (12 de setembro) *Baixo Dinamismo das Exportações de Produtos Industrializados ou Baixo Crescimento da Produção Industrial?*; Roberto Iglesias; 32 p..
- Nº 72 (13 de setembro) *Evolução da Razão Capital/Produto no Brasil e nos Países da OCDE*; Aumara Feu; 46p..
- Nº 73 (19 de setembro) *Eficiência e Equidade nos Critérios e Instrumentos do Racionamento de Energia Elétrica*; Ronaldo Seroa da Motta; 24p..
- Nº 74 (26 de setembro) *Escolha da Estrutura de Capital de Subsidiárias Estrangeiras: Evidência de Multinacionais no Brasil*; Walter Novaes e Sérgio R. C. Werlang; 35 p..
- Nº 75 (03 de outubro) *Distribuição de Riqueza Imobiliária e de Renda no Brasil: 1992-1999*; Eustáquio J. Reis, Paulo Tafner e Luis Otávio Reiff; 18p..
- Nº 76 (10 de outubro) *Previsão e Análise do Ciclo de Negócios Brasileiro com os Modelos de Hamilton Original e Geral*; Brisne J. V. Céspedes, Marcelle Chauvet e Elcyon C. R. Lima; 31 p..
- Nº 77 (17 de outubro) *Substituindo o PIS e a COFINS – e Por que Não a CPMF? – Por uma Contribuição Não-Cumulativa*; Ricardo Varsano, Thiago R. Pereira, Erika Amorim Araujo, Napoleão Luiz Costa da Silva e Marcelo Ikeda; 53 p..
- Nº 78 (24 de outubro) *Sistemas Financeiros, Controle Corporativo e Acumulação de Capital*; Michel Aglietta e R. Breton; 28 p..
- Nº 79 (31 de outubro) *Núcleo da Inflação como a Previsão da Tendência Comum Robusta dos Preços*; Ajax R. B. Moreira e Helio S. Migon; 27p..
- Nº 80 (07 de novembro) *Mercosul: Dilema entre União Aduaneira e Área de Livre-Comércio*; Honório Kume e Guida Piani; 22 p..
- Nº 81 (14 de novembro) *Os Ciclos de Investimentos Externos na Economia Brasileira: 1968/2000*; Marcelo José Braga Nonnenberg; 38 p..
- Nº 82 (21 de novembro) *A Política Fiscal tem Efeitos Não Lineares no Brasil?*; Marco Antônio F. de H. Cavalcanti; 28 p..

- Nº 83 (28 de novembro) O Comércio Internacional de Serviços: Impactos de uma Liberalização Adicional; Márcio de Oliveira Júnior; 25 p..
- Nº 84 (05 de dezembro) Um Modelo de Escolha Qualitativa para o Processo de Decisão do Cade em Atos de Concentração; Douglas Pereira Pedra e Lucia Helena Salgado; 55 p..
- Nº 85 (19 de dezembro) *Elasticidades de Armington para o Brasil 1986/1998: estimação com um modelo de correção de erros*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedroso; 14 p.

(Ano 2002)

- Nº 86 (09 de janeiro) *A Dinâmica do Desmatamento e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira*; Lykke E. Andersen, Clive W. J. Granger, Eustáquio J. Reis, Diana Weinhold e Sven Wunder; 21 p..
- Nº 87 (16 de janeiro) *Microsoft Outlook 98: Recursos Básicos — Parte I*; Carlos José de Almeida Pereira; 16 p..
- Nº 88 (06 de fevereiro) *Federalismo e Dívida Estadual no Brasil*; Mônica Mora de Araujo de Couto e Silva; 28 p..
- Nº 89 (20 de fevereiro) *Investimento Direto, Comércio e Integração no Mercosul*; Marta Castilho e Soledad Zignago; 20 p..
- Nº 90 (27 de fevereiro) *Determinantes do Spread Brasileiro: uma Abordagem Estrutural*; Katia Rocha, Ajax R. B. Moreira e Ricardo Magalhães; 10 p..
- Nº 91 (06 de março) *Preço e Competição no Setor Elétrico Brasileiro: Regulamentação e Mercado*; Ruderico F. Pimentel; 41 p..
- Nº 92 (13 de março) *Uma Avaliação dos Dados da PNAD com Respeito à "Previdência Social" — População Ativa e Inativa*; Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoê Sugahara Pinheiro; 57 p..
- Nº 93 (20 de março) *Inércia de Juros e Regras de Taylor: Simulações com um Modelo Novo-Keynesiano*; Dionísio Dias Carneiro e Pedro Garcia Duarte; 28 p..
- Nº 94 (27 de março) *Efeitos Macroeconômicos e Análise de Bem-Estar da Reforma da Seguridade Social no Brasil*; Sergio G. Ferreira; 24 p..
- Nº 95 (03 de abril) *Política de Taxa de Câmbio Ótima, Taxação Ótima Incompleta e Ciclos de Negócios*; Alexandre Barros da Cunha; 30 p..
- Nº 96 (10 de abril) *Estimativa de Estoque de Capital Humano para o Brasil: 1981 a 1999*; Luciane Carpena e João Barbosa de Oliveira; 33 p..
- Nº 97 (17 de abril) *Bens Credenciais e Poder de Mercado: Um Estudo Econométrico da Indústria Farmacêutica Brasileira*; Eduardo P. S. Fiuza e Marcos de B. Lisboa; 73 p..
- Nº 98 (24 de abril) *Sustentabilidade da Relação Dívida/ PIB no Brasil: 2002 a 2005*; Maurício Mota Saboya; 73 p..
- Nº 99 (30 de abril) *O Federalismo Leva a Impostos Excessivamente Altos?*; Michael J. Keen e Christos Kotsogiannis; 11 p..
- Nº 100 (08 de maio) *Crescimento Econômico em Alguns Países Latino-Americanos e da OCDE: 1960-1990*; Luciane Carpena e Manuel Santos; 57 p..
- Nº 101 (15 de maio) *Um Modelo para Análise da Administração da Maturidade da Dívida Mobiliária Federal*; Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti e Napoleão Luiz Costa da Silva; 39 p..

- Nº 102 (22 de maio) *Políticas Comerciais Regionais, Multilaterais e Unilaterais do Mercosul para o Crescimento Econômico e Redução da Pobreza no Brasil*; Glenn W. Harrison, Thomas F. Rutherford, David G. Tarr e Angelo Gurgel; 54 p..
- Nº 103 (29 de maio) *Do Déficit de Metas às Metas de Déficit: a Política Fiscal do Governo Fernando Henrique Cardoso 1995/2002*; Fabio Giambiagi; 39 p..
- Nº 104 (05 de junho) *Competição Tributária na Federação Brasileira: os Incentivos Tributários dos Estados Afetam a Localização do Investimento Produtivo?*; Napoleão Luiz Costa da Silva e Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti; 22 p..
- Nº 105 (12 de junho) *Os Determinantes da Performance Econômica: Competição Econômica e as Fontes do Crescimento*; Pablo M. Pinto e Jeff Timmons; 55 p..
- Nº 106 (19 de junho) *Determinantes das Exportações Brasileiras: Novas Evidências*; Jorge Saba Arbache e João Alberto De Negri; 38 p..
- Nº 107 (26 de junho) *Principais Características do Modelo Macroeconômico do IPEA*; Marco Antônio F. de H. Cavalcanti, Hamilton Kai e Leonardo Carvalho; 71 p..
- Nº 108 (03 de julho) *Modelo Estrutural de Médio Porte para a Economia Brasileira*; Marcelo Kfoury Muinhos e Sérgio Afonso Lago; 65 p..
- Nº 109 (10 de julho) *Administração da Dívida no Brasil: Avaliação do Plano Real e os Desafios à frente*; Afonso S. Bevilaqua e Márcio G. P. Garcia; 50 p..
- Nº 110 (17 de julho) *Gastos Alimentares nas Grandes Regiões Urbanas do Brasil: Aplicação do Modelo AID aos Microdados da POF 1995-1996 do IBGE*; Tatiane Menezes, Fernando Gaiger Silveira, Luís Carlos G. de Magalhães, Frederico Andrade Tomich e Salvador Werneck Vianna; 18 p..
- Nº 111 (24 de julho) *Gerenciamento da Dívida Pública Brasileira*; Rubens Sardenberg; 30 p..
- Nº 112 (31 de julho) *Efeito Vizinhança na Produtividade da Agropecuária e na Ocupação da Amazônia*; Ajax B. Moreira, Marina Paez e Eustáquio J. Reis; 31 p..
- Nº 113 (07 de agosto) *Dívida Soberana com Seleção Adversa: uma Abordagem Quantitativa*; Laura Alfaro e Fabio Kanczuk; 21 p..
- Nº 114 (14 de agosto) *Ocupação Agrícola e Estrutura Agrária no Cerrado: o Papel do Preço da Terra, dos Recursos Naturais e da Tecnologia*; Gervásio Castro de Rezende; 32 p..
- Nº 115 (21 de agosto) *O Brasil e a Economia do Conhecimento*; Sergei Soares; 7 p..
- Nº 116 (28 de agosto) *Elasticidade de Armington para o Brasil: 1986-2001*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedroso; 45 p..
- Nº 117 (04 de setembro) *Progresso Técnico Embutido no Capital: Distorções e Desenvolvimento*; Samuel de Abreu Pessoa e Rafael Rob; 43 p..
- Nº 118 (11 de setembro) *Integração Financeira Internacional e Crescimento Econômico: Uma Resenha Teórica*; João Carlos Ramos Magalhães; 31 p..
- Nº 119 (18 de setembro) *Inovações na Pauta Brasileira de Comércio Exterior*; Fernando J. Ribeiro e Ricardo Markwald; 14 p..
- Nº 120 (25 de setembro) *Programa de Consórcios e Condomínios para Arrendar Terra – Viva Terra*; Ignez Vidigal, Daniela de Paula, Mauro de Rezende Lopes, Guilherme Soria Bastos Filho e Gregory Honczar ; 10 p..
- Nº 121 (09 de outubro) – *A Política de Preços Mínimos e o Desenvolvimento Agrícola da Região Centro-Oeste* ; Gervásio Castro Rezende; 38 p..
- Nº 122 (16 de outubro) *Impacts of the U.S. subsidy to soybeans on World prices, production and exports*; Antônio Salazar P. Brandão e Elcyon Caiado Rocha Lima; 24 p..

- Nº 83 (28 de novembro) O Comércio Internacional de Serviços: Impactos de uma Liberalização Adicional; Márcio de Oliveira Júnior; 25 p..
- Nº 84 (05 de dezembro) Um Modelo de Escolha Qualitativa para o Processo de Decisão do Cade em Atos de Concentração; Douglas Pereira Pedra e Lucia Helena Salgado; 55 p..
- Nº 85 (19 de dezembro) *Elasticidades de Armington para o Brasil 1986/1998: estimação com um modelo de correção de erros*; Octávio Augusto Fontes Tourinho, Honório Kume e Ana Cristina de Souza Pedroso; 14 p.

(Ano 2002)

- Nº 86 (09 de janeiro) *A Dinâmica do Desmatamento e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira*; Lykke E. Andersen, Clive W. J. Granger, Eustáquio J. Reis, Diana Weinhold e Sven Wunder; 21 p..
- Nº 87 (16 de janeiro) *Microsoft Outlook 98: Recursos Básicos — Parte I*; Carlos José de Almeida Pereira; 16 p..
- Nº 88 (06 de fevereiro) *Federalismo e Dívida Estadual no Brasil*; Mônica Mora de Araujo de Couto e Silva; 28 p..
- Nº 89 (20 de fevereiro) *Investimento Direto, Comércio e Integração no Mercosul*; Marta Castilho e Soledad Zignago; 20 p..
- Nº 90 (27 de fevereiro) *Determinantes do Spread Brasileiro: uma Abordagem Estrutural*; Katia Rocha, Ajax R. B. Moreira e Ricardo Magalhães; 10 p..
- Nº 91 (06 de março) *Preço e Competição no Setor Elétrico Brasileiro: Regulamentação e Mercado*; Ruderico F. Pimentel; 41 p..
- Nº 92 (13 de março) *Uma Avaliação dos Dados da PNAD com Respeito à "Previdência Social" — População Ativa e Inativa*; Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoê Sugahara Pinheiro; 57 p..
- Nº 93 (20 de março) *Inércia de Juros e Regras de Taylor: Simulações com um Modelo Novo-Keynesiano*; Dionísio Dias Carneiro e Pedro Garcia Duarte; 28 p..
- Nº 94 (27 de março) *Efeitos Macroeconômicos e Análise de Bem-Estar da Reforma da Seguridade Social no Brasil*; Sergio G. Ferreira; 24 p..
- Nº 95 (03 de abril) *Política de Taxa de Câmbio Ótima, Taxação Ótima Incompleta e Ciclos de Negócios*; Alexandre Barros da Cunha; 30 p..
- Nº 96 (10 de abril) *Estimativa de Estoque de Capital Humano para o Brasil: 1981 a 1999*; Luciane Carpena e João Barbosa de Oliveira; 33 p..
- Nº 97 (17 de abril) *Bens Credenciais e Poder de Mercado: Um Estudo Econométrico da Indústria Farmacêutica Brasileira*; Eduardo P. S. Fiuza e Marcos de B. Lisboa; 73 p..
- Nº 98 (24 de abril) *Sustentabilidade da Relação Dívida/ PIB no Brasil: 2002 a 2005*; Maurício Mota Saboya; 73 p..
- Nº 99 (30 de abril) *O Federalismo Leva a Impostos Excessivamente Altos?*; Michael J. Keen e Christos Kotsogiannis; 11 p..
- Nº 100 (08 de maio) *Crescimento Econômico em Alguns Países Latino-Americanos e da OCDE: 1960-1990*; Luciane Carpena e Manuel Santos; 57 p..
- Nº 101 (15 de maio) *Um Modelo para Análise da Administração da Maturidade da Dívida Mobiliária Federal*; Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti e Napoleão Luiz Costa da Silva; 39 p..

- Nº 123 (23 de outubro) *Os determinantes políticos do comportamento fiscal na América Latina*; Octavio Amorim Neto e Hugo Borsani; 52 p..
- Nº124 (30 de outubro) *Accumulation regimes, macroeconomic structure and capacity utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post Keynesian models*; José Luix Oreiro; 20 p.
- Nº 125 (06 de novembro) *A Reestruturação política do Rio/São Paulo: Padrões de integração global*; Hamilton C. Tolosa; 24 p.
- Nº 126 (13 de novembro) *A Riqueza da Nação: Estimativas do Estoque de Capital no Brasil (1950-1999)*; Eustáquio Reis
- Nº 127 (21 de novembro) *A Participação Feminina no Mercado de Trabalho*; Sergei Soares e Rejane Sayuri Isaki; 23 p.
- Nº 128 (27 de novembro) *A Credibilidade da Política Fiscal: Método de Reputação para Execução das Garantias Fiscais pela União junto aos Estados após o Programa de Ajuste Fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal*; Maurício Soares Bugarin e Henrique Augusto Alancon Pires; 43 p.
- N 129 (10 de dezembro) *Argentina, Brazil and Chile*: Seminário Internacional IPEA/OECD

(Ano 2003)

- Nº 130 (26 de fevereiro) *Um Modelo para avaliação dos impactos macroeconômicos da previdência social*; Marco A.F.H. Cavalcanti
- Nº 131A (15 de julho) *Public debt management in Brazil*, Alessandro Missale e Francesco Giavazzi
- Nº 131B (15 de julho) *Targeting inflation when debt and risk premia are high: lessons from Brazil*, Carlos Favero e Francesco Giavazzi
- Nº 132 (18 de julho) *Economic growth and structural change: notes for discussion*, Jan Kregel
- Nº 133 (07 de agosto) *Regulação do preço da energia elétrica e viabilidade do investimento em geração no Brasil*, Ajax R. B. Moreira, Pedro A M-S David e Katia Rocha
- Nº 134 (15 de agosto) *Modelos de simulação de fusões: aplicação a casos brasileiros*, Heleno Martins Pioner
- Nº 135 (20 de agosto) *Vulnerabilidade à fome no Brasil: dimensão, determinantes e políticas de combate*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 136 (25 de agosto) *O novo projeto de marco regulatório no setor de energia elétrica no Brasil*, Maurício Tolmasquim
- Nº 137 (10 de setembro) *Semiparametric estimation and testing in a model of environmental regulation with adverse selection*, Pascal Lavergne e Alban Thomas
- Nº 138 (25 de setembro) *Uma agenda pós-liberal de desenvolvimento para o Brasil*, Armando Castelar Pinheiro
- Nº 139 (08 de outubro) *Predicting the distributional impacts of macroeconomic shocks: a comparison of the performance of macro-micro models with historical data for Brazil*, Francisco H. G. Ferreira, Philippe G. Leite, Luiz^a Pereira da Silva, Paulo Picchetti
- Nº 140 (15 de outubro) *Política monetária, inflação e nível de atividade no Brasil (1994-2003): fatos estilizados obtidos por um modelo VAR estrutural*, Elcyon C. R. Lima, Alexis Maka e Brisne J. V. Céspedes
- Nº 141 (22 de outubro) *Condições socioeconômicas, polícia e produção criminal*, Daniel Cerqueira e Waldir Lobão
- Nº 142 (29 de outubro) *Transformações demográficas e o impacto nas políticas públicas*, Ana Amélia Camarano, Kaizô Iwakami Beltrão

- Nº 143 (03 de novembro) *May the pro-poor impacts of trade liberalization vanish because of imperfect information?* Jean Marc Boussard, F. Gérard, M. G. Piketty, A. K. Christensen, T. Voituriez
- Nº 144 (05 de novembro) *Impactos fiscais e atuariais da reforma da previdência*, José Cechin
- Nº 145 (12 de novembro) *Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome*, Sonia Rocha
- Nº 146 (19 de novembro) *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000*, Kaizô Iwakami Beltrão
- Nº 147 (26 de novembro) *A experiência de crescimento das economias de mercado nos últimos 40 anos*, Samuel de Abreu Pessôa
- Nº 148 (03 de dezembro) *Focalização como instrumento para uma política social mais efetiva*, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Patrícia Simões de Carvalho
- Nº 149 (17 de dezembro) *R&D Investment, international trade, and 'home market' and 'competitiveness' effects*, Armando José Garcia Pires

(Ano 2004)

- Nº 150 (15 de janeiro) *Pobreza rural e trabalho agrícola no Brasil ao longo da década de noventa*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 151 (21 de janeiro) *O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90*, Rodrigo Mendes Gandra
- Nº 152 (28 de janeiro) *Criminalidade, pobreza e política de segurança*, Rute Imanishi Rodrigues, Ipea
- Nº 153 (11 de fevereiro) *Populist budgets and long run growth*, Felix Rioja e Gerhard Glomm
- Nº 154 (17 de março) *Electricity crisis and liberalization of markets: some lessons from Brazil and California*, Emílio H. Matsumura
- Nº 155 (24 de março) *Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira*, José Garcia Gasques, Eliana Teles Bastos, Miriam P. R. Bacchi e Júnia C. P. R. da Conceição
- Nº 156 (30 de março) *Brazil's service trade and international trade negotiations*, Aaditya Mattoo e Carsten Fink
- Nº 157 (07 de abril) *Disposição especial de crimes no município de São Paulo*, Alexandre Xavier de Carvalho, Paulo Furtado de Castro, Orjan Olsen e Leandro Piquet Carneiro
- Nº 158 (14 de abril) *Banco multidimensional de estatísticas – BME — Apresentação geral e possibilidades de utilização em pesquisas do IPEA*, Ana Isabel Alvarenga, Carmem Falcão, Márcia Pimentel, Márcio Duarte
- Nº 159 (28 de abril) *Foreign direct investment determinants in developing countries*, Marcelo Nonnenberg e Mario Jorge C. Mendonça
- Nº 160 (12 de maio) *A risk management approach to emerging market's sovereign debt sustainability with an application to Brazilian data*, Márcio Garcia e Roberto Rigobon
- Nº 161A (09 de junho) *Mudanças na Cofins e no PIS-PASEP e a estrutura de incentivos à produção doméstica*, Honório Kume
- Nº 161B (09 de junho) *O impacto da nova Cofins na Economia Brasileira*, Octávio Augusto Fonte Tourinho, Napoleão Silva e Yann Le Boulluec Alves
- Nº 162 (16 de junho) *Sistema de evaluación y monitoreo: un reto de política pública*, Gonzalo Hernández Licona
- Nº 163 (07 de julho) *Challenges in the regulation of brazilian private health insurance*, Carlos Octávio Ocké-Reis

- Nº 164 (14 de julho) *Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?* Fábio Giambiagi, Kaizô Beltrão e Wagner Ardeo
- Nº 165 (21 de julho) *Auction econometrics by least squares*, Leonardo Rezende
- Nº 166 (04 de agosto) *Governo eletrônico e aspectos fiscais: a experiência brasileira*, Mônica Mora
- Nº 167 (11 de agosto) *The impact of policy reforms on rural poverty in Brazil: preliminary evidence from the 1990s*, Steven M. Helfand e Edward S. Levine
- Nº 168 (08 de setembro) *Regime cambial e fiscal sob incerteza*, Antonio Fiorenco e Ajax Moreira
- Nº 169 (15 de setembro) *Contabilizando o crescimento econômico brasileiro — 1940-2002*, Edmar Bacha e Regis Bonelli
- Nº 170 (22 de setembro) *Financiamento de projetos de infra-estrutura pelos fundos de pensão: desenhando um instrumento de baixo risco de crédito e ALM-eficiente*, André Gustavo Morandi da Silva, Eliane Aleixo Lustosa, Luis Claudio Gasparini e Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
- Nº 171 (29 de setembro) *Política monetária e alongamento da dívida pública: uma proposta para discussão*, Murilo Robotton Filho, Adriana Beltrão Dupita e Carlos Kawall Leal Ferreira
- Nº 172 (06 de outubro) *Assessing the impact of environmental regulation on industrial water use: evidence from Brazil*, Arnaud Reynaudz e José Feres
- Nº 173 (13 de outubro) *The term structure of sovereign spreads in emerging markets: a calibration approach for structural models*, Katia Rocha e Francisco A. Alcaraz Garcia
- Nº 174 (20 de outubro) *PPP no Brasil: Gestão de riscos e papel dos fundos de pensão*, Waldery Rodrigues Junior
- Nº 175 (01 de dezembro) *Estimating potential output: a survey of the alternative methods and their applications to Brazil*, Nelson H. Barbosa-Filho
- Nº 176 (15 de dezembro) *Inovação e padrões tecnológicos na indústria brasileira*, João Alberto De Negri e Mario Sergio Salerno

(Ano 2005)

- Nº 177 (19 de janeiro) *Understanding, evaluating and selecting voting rules through games and axioms*, Danilo Coelho
- Nº 178 (02 de fevereiro) *Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil*, Antonio Salazar Pessoa Brandão, Gervásio Castro de Rezende e Roberta Wanderley da Costa Marques
- Nº 179 (16 de fevereiro) *Entrepreneurship and liquidity constraints in deprived areas: evidence from the slums of Rio de Janeiro*, João Pedro W. de Azevedo
- Nº 180 (23 de fevereiro) *Political economics of the domestic debt in nineteenth-century Brazil*, William Summerhill
- Nº 181 (02 de março) *1. The evolution of international output differences (1960-2000): from factors to productivity. 2. On the tyranny of numbers: east asian miracles in world perspective*, Pedro Cavalcanti Ferreira, Samuel Abreu Pessoa e Fernando A. Veloso
- Nº 182 (09 de março) *Uma interpretação econômica da história do Brasil*, Eustáquio José Reis
- Nº 183 (30 de março) *Saúde e saneamento no Brasil*, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Ronaldo Seroa da Motta
- Nº 184 (13 de abril) *Modelo fatorial linear macroeconômico de estrutura a termo da taxa de juros: aplicação para economias abertas e pequenas*, Marcos Antonio Coutinho da Silveira

- Nº 185 (20 de abril) *Reelection incentives and political corruption: evidence from Brazilian audit reports*, Claudio Ferraz, Frederico Finan
- Nº 186 (27 de abril) *Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação*, Maurício Cortez Reis e José Márcio Camargo
- Nº 187 (04 de maio) *Valor da opção de investimento (exportação) e volatilidade cambial*, Roberto Siqueira e Ajax R. B. Moreira
- Nº 188 (11 de maio) *Measuring economies of vertical integration in network industries: an application to the water sector*, Serge Garcia, Michel Moreaux e Arnaud Reynaud
- Nº 189 (25 de maio) *Medidas da condição da política monetária no Brasil*, Brisne J. V. Céspedes, Elcyon C. R. Lima, Alexis Maka e Mário J. C. Mendonça
- Nº 190 (01 de junho) *Estoque de Capital Privado nos Municípios Brasileiros — 1970-1985* Eustáquio Reis, Kleper Magalhães, Márcia Pimentel, Mérida Medina
- Nº 191 (21 de setembro) *Produto potencial: conceitos, métodos de estimação e aplicação à economia brasileira*, José Ronaldo de Castro Souza Júnior
- Nº 192 (22 de setembro) *A Escolha da Idade da Aposentadoria*, Marcelo de Sales Pessoa
- Nº 193 (05 de outubro) “*A remuneração de redes nas telecomunicações e a nova orientação a custos: avaliação e perspectivas para a telefonia fixa brasileira*”, Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança
- Nº 194 (19 de outubro) *Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola e seus efeitos adversos sobre o emprego agrícola e a agricultura familiar no Brasil*, Gervásio Castro de Rezende
- Nº 195 (26 de outubro) *Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da dívida estadual e municipal*, Mônica Mora e Fábio Giambiagi
- Nº 196 (09 de novembro) *Salário mínimo e distribuição de renda*, Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho
- Nº 197 (16 de novembro) *Tributação e integração econômica na América Latina: perspectivas de reforma*, Luiz A. Villela
- Nº 198 (23 de novembro) *Welfare and growth effects of alternative fiscal rules for infrastructure in Brazil*, Pedro Cavalcanti Ferreira
- Nº 199 (30 de novembro) *The emergence of China: opportunities and challenges for Latin America and the Caribbean*, Maurício Mesquita Moreira
- Nº 200 (02 de dezembro) *Measuring and analysing sovereign risk with contingent claims*, Dale Gray

(Ano 2006)

- Nº 201 (18 de janeiro) *Benchmark para a Dívida Pública: Duas propostas Alternativas*, Mariana Lopes e Rodrigo Cabral
- Nº 202 (01 de fevereiro) *Reproduzindo os Momentos dos Retornos dos Ativos Brasileiros com Aversão a Desapontamento Generalizada*, Marcelo Pessoa, Marco Bonomo e René Garcia.
- Nº 203 (08 de fevereiro) *Time Series Econometrics in a Post-Acquisition Antitrust Analysis: Causality, Explanatory Power and Structural Break in Brazilian Iron Ore Market*, Eduardo P. S. Fiuza e Fabiana F. M. Tito
- Nº 204 (15 de março) *Um estudo sobre as filas para transplantes no Sistema Único de Saúde Brasileiro*, Alexandre Marinho
- Nº 205 (22 de março) *Inflação e nível de atividade no Brasil: estimativas da Curva de Phillips*, Leandro Nascimento Brito

- Nº 206 (29 de março) *Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil*, Mauricio Cortez Reis
- Nº 207 (05 de abril) *A participação do agronegócio no PIB brasileiro: controvérsias conceituais e propostas metodológicas*, Maurio Virginio de Sena e Silva e Marcelo José Braga Nonnenberg
- Nº 208 (13 de abril) *Guide to the demographic module for poverty analysis and projection (DMPAP) na excel work book with na application to Venezuela*, Ralph Hakkert
- Nº 209 (17 de abril) *The effect of pre-primary education on primary school performance*, Samuel Berlinski, Sebastian Galiani e Paul Gertler
- Nº 210 (19 de abril) *Seguridade mercado de trabalho e competitividade: em busca de simbiose*, Milko Matijascic
- Nº 211 (26 de abril) *Do nascimento à morte: as principais transições*, Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão Mello e Solange Kanso
- Nº 212 (03 de maio) *Aposentadoria por invalidez dos servidores públicos civis do poder executivo federal brasileiro entre 1994 e 2004*, Paulo Tafner, Marcelo Pessoa e João Mendonça
- Nº 213 (10 de maio) *Moradia precária e violência na cidade de São Paulo*, Rute Imanishi Rodrigues
- Nº 214 (17 de maio) *Poverty reduction and growth: virtuous and vicious circles*, Guillermo E. Perry, Omar S. Arias, J. Humberto López, William F. Maloney e Luis Servén
- Nº 215 (24 de maio) *Effect of macro shocks over the Brazilian yield curve with no arbitrage models*, Marco S. Matsumura e Ajax R. B. Moreira
- Nº 216 (31 de maio) *The effects of gender segregation on wages at the establishment level: an empirical analysis using a panel of matched employer-employee data*, Miguel Foguel
- Nº 217 (14 de junho) *A liquidez internacional e a vulnerabilidade dos emergentes*, Felipe Pinheiro, Katia Rocha, Roberto Siqueira e Leonardo Carvalho
- Nº 218 (21 de junho) *Gasto público em agricultura: retrospectiva e prioridades*, José Garcia Gasques, Carlos Monteiro Villa Verde e Eliana Teles Bastos
- Nº 219 - Cancelado
- Nº 220 – *Seminário comissão de desigualdade (Ipea-Brasília)* – sem texto para distribuição
- Nº 221 – *Does party affiliation affect fiscal policy? New evidence from U. S. municipalities from 1972 to 2004*, Fernando Ferreira– sem texto para distribuição
- Nº 222 (26 de julho) *Impact of the ADTEN program on the performance and technological efforts of Brazilian Industrial*, João Alberto De Negri, Mauro Borges Lemos e Fernanda De Negri
- Nº 223 (02 de agosto) *Reforma regulatório e bem-estar no transporte aéreo brasileiro: e se a flexibilização dos anos 1990 não tivesse ocorrido?* Alessandro V. M. Oliveira e Lucia Helena Salgado e Silva
- Nº 224 (09 de agosto) *Determinantes institucionais da taxa de juros: influência da incerteza jurídica e do poder de mercado*, Ivan César Ribeiro
- Nº 225 (16 de agosto) *Reviewing the neo-liberal experiences in Latin America*, Werner Baer (sem texto para distribuição)
- Nº 226 (23 de agosto) *Gender Bias in Intrahousehold Allocation: Evidence from an Unintentional Experiment*, Luis H. B. Braidó, Pedro Olinto e Helena S. Perrone
- Nº 227 (31 de agosto) *Ineffective controls on capital inflows under sophisticated financial markets: Brazil in the nineties*, Bernardo S. de M. Carvalho, Márcio G. P. Garcia
- Nº 228 (06 de setembro) *Dry law and homicides: evidence from the São Paulo metropolitan area*, Ciro Biderman, João M. P. de Mello e Alexandre A. Schneider

- Nº 229 (13 de setembro) *Labor reallocation in response to trade reform*, Naércio Aquino Menezes Filho, Marc-Andreas Muendler
- Nº 230 (20 de setembro) *Household choices of child labor and schooling: a simple structural model with application to Brazil*, Diana Kruger, Rodrigo R. Soares, Matias Berthelon
- Nº 231 (27 de setembro) *Intergenerational mobility wages in Brazil*. Sergio Guimarães Ferreira e Fernando A. Veloso
- Nº 232 (04 de outubro) *The inequality channel of monetary transmission*, Marta Areosa e Waldyr Areosa
- Nº 233 (11 de outubro) *Outgoing the shadows: estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality and investment*, Joana C. M. Monteiro e Juliano J. Assunção
- Nº 234 (18 de outubro) *Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes*, Claudio Ferraz e Frederico Finan
- Nº 235 (25 de outubro) *Unconditional quantile regressions*, Sergio Firpo, Nicole M. Fortin e Thomas Lemieux
- Nº 236 (01 de novembro) *Uma matriz de contabilidade social para o Brasil em 2003*, Octavio Augusto Fontes Tourinho, Napoleão Luiz Costa da Silva e Yann Le Boulluec Alves

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 16º Andar
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20020-010

www.ipeadata.gov.br

IPEADATA *online*, atendimento ao usuário:
ipeadata@ipea.gov.br

ipeadata *online*

IPEADATA *online*,
a economia brasileira na Internet!

- base de dados macroeconômicos
- 3 mil séries tratadas na mesma unidade monetária
- *femas*: população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, preços, juros, câmbio, balanço de pagamentos e economia internacional
- sistema amigável para pesquisar e extrair dados, construir tabelas e gráficos e realizar transformações matemáticas e estatísticas

Um poderoso instrumento para análises de conjuntura e estudos econômicos!

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

ipea